



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL 044/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza urbana, em especial a varrição de logradouros públicos, serviços de jardinagem incluindo a coleta manual e mecanizada dos entulhos produzidos com o serviço, para atendimento das demandas do Município de São Geraldo/MG.

ITEM	SERVIÇO	UNID.	QUAN.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	VARRIÇÃO DE RUAS E DEMAIS LOGRADOUROS – Quantidade de colaboradores prevista: 08 pessoas, sendo um motorista para a coleta do lixo produzido com a varrição e dos entulhos.	Mês	12	R\$ 3.934,31	R\$ 47.211,71
02	CAPINA, PODA DE ÁRVORES E PINTURA DE MEIO FIO – Quantidade de pessoas prevista: 03 pessoas.	Mês	12	R\$ 1.468,91	R\$ 17.626,89
03	LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE JARDINS – Quantidade de trabalhadores: 02 pessoas	Mês	12	R\$ 979,27	R\$ 11.751,28
VALOR GLOBAL: Setenta e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito reais.				R\$ 6.382,49	R\$ 76.589,88

1.2. O contratado deverá fornecer toda mão-de-obra e todos os equipamentos e ferramentas necessárias à prestação dos serviços.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.

2.2. Esta contratação é necessária pela grande demanda dos serviços de limpeza e varrição de vias públicas, podas de árvores, capinas de vias e logradouros públicos, limpeza de espaços, terrenos públicos e logradouros públicos, serviços de jardinagem. A terceirização de serviços tem se mostrado eficiente, apresentando resultados excelentes tanto sobre o aspecto de eficiência quanto de economicidade. Outro aspecto é o número reduzido de servidores para a demanda de serviços da natureza objeto deste processo.

2.3. O serviço a ser contratado compreende as atividades de serviços de limpeza e varrição de vias públicas, podas de árvores, capinas de vias e logradouros públicos, limpeza de espaços, terrenos públicos e logradouros públicos, serviços de jardinagem na sede do município e do Distrito de Monte Celeste garantindo a população um município limpo e organizado. Além de uma cidade mais bonita a manutenção dos serviços urbanos traz reflexos diretos para a saúde pública e para a preservação do meio ambiente, tendo como resultado final



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



mais qualidade de vida para todos.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços serão realizados nas ruas e praças da sede do município de São Geraldo- MG e do Distrito de Monte Celeste, conforme relação de vias apresentados no item 4.2 deste Termo de Referência.

3.1.1. O licitante interessado poderá realizar VISITA aos locais dos serviços, devendo ser agendado o horário, previamente, junto à Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, através do telefone (32) 3556-1215.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Da especificação dos serviços

4.1.1 O serviço a ser contratado compreende: serviços de limpeza e varrição de vias públicas, podas de árvores, limpeza de espaços, terrenos públicos e logradouros públicos, serviços de jardinagem, pintura de meio fio e postes, capinas de vias e logradouros públicos, operação de recolhimento dos resíduos existentes, como vegetação rasteira e outros, executada ao longo das vias em cada uma das margens, na superfície dos passeios e canteiros centrais, bem como nos espaços ajardinados.

4.1.2 Nos locais onde, mesmo com a varrição regular, ocorra acúmulo de resíduos, terra, areia e outros detritos nas sarjetas, deve periodicamente serem retirados. Torna-se necessário, então, serviços de capina do mato, para restabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas.

4.1.3 Esses serviços são executados em geral com enxadas bem afiadas, sendo os resíduos removidos com pás quadradas ou forcados de quatro dentes. Quando a terra se encontra muito compacta é comum o uso de enxada para raspá-la. Para a lama, utiliza-se a raspadeira. Os postos de trabalho estimados para a operação executarão os serviços utilizando-se de carrinho de mão, enxada, vassourão, pás, roçadeiras e outros equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

4.1.4 Todas as ferramentas descritas e as demais necessárias para a execução do objeto deste termo de referência, serão fornecidas pela empresa contratada.

4.1.5 A capina manual de vias não pavimentadas consiste na execução de serviços de aparar de vegetação rasteira nas vias não pavimentadas, seguindo programação a ser fornecida pela contratante.

4.1.6 A contratada, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela contratante através de OS – Ordem de Serviço deverá estar apta a atender situações eventuais de trabalho, quando deverá proceder a limpeza das vias e logradouros públicos de acordo com o solicitado.

4.1.7 Os serviços serão realizados de segunda à sábado, sendo 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta e no sábado 4 (quatro) horas, conforme programação da prefeitura e conforme as necessidades de cada localidade, devendo os horários de início e término constar na OS – Ordem de Serviço.

4.1.8 Imediatamente após a limpeza, o resíduo resultante da operação, deverá ser carregado e destinado em local licenciado, por conta da contratante.

4.1.9 Os serviços de pintura de meio fio deverão obedecer a solicitação da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

4.1.10 As tintas e demais materiais de consumo a serem utilizadas na execução dos serviços de pintura serão fornecidos pela contratada.

4.1.11 Antes da aplicação da tinta, a contratada deverá, se necessário, proceder à limpeza dos meios fios, com lixamento ou raspagem de pintura antiga e o que mais julgar necessário para um serviço de qualidade.

4.1.12 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar faixas refletivas na indumentária, e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento, sendo expressamente vedado a realização de qualquer trabalho sem uso de EPI's.

4.1.13 Os serviços serão realizados de acordo com solicitação expressa da contratante, observados os seguintes aspectos:

4.1.13.1. Todas as ferramentas e equipamentos necessários são de responsabilidade da empresa contratada e



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



deverão estar à disposição na data de início dos trabalhos, com base no seu dimensionamento e disponível para vistoria pelo responsável pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

4.1.13.2 Todo o pessoal envolvido trabalhará uniformizado e equipado com todos os EPI's necessários à execução dos serviços;

4.1.13.3 Quaisquer consequências decorrentes do uso inadequado e/ou negligente dos procedimentos de execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada;

4.1.13.4 Na realização do transporte de entulho, nenhum veículo poderá transitar sem que esteja devidamente regular perante as exigências do órgão de trânsito.

4.1.14 A critério da fiscalização, quando os serviços não forem executados em conformidade com a boa técnica, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Contratante, em horário e/ou dia diferentes dos programados para a execução dos serviços normais da equipe, devendo a ocorrência ser apontada no campo de informações complementares da ficha de acompanhamento diário do serviço.

4.1.15. Os serviços objeto do contrato são especificamente:

SERVIÇO	DETALHAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
1. VARRIÇÃO DE RUAS EDEMAIS LOGRADOUROS	<p>1.1. Consiste na remoção total (limpeza, recolhimento, ensacamento) de resíduos sólidos existentes em vias, vielas pavimentadas, pontos de ônibus, praças, feiras livres, passeios e pistas de tráfego de veículos – sarjetas e canteiros centrais.</p> <p>1.2 O serviço de varrição deverá ser executado nos dois lados das vias e logradouros públicos, utilizando-se de carrinhos guarnecidos com sacos plásticos suficientemente resistentes, para evitar o derramamento de resíduos.</p> <p>1.3 Os resíduos da varrição deverão ser recolhidos no mesmo dia da execução do serviço.</p> <p>1.4 As vassouras e pás disponibilizadas para os funcionários para execução destas atividades deverão ter comprimento ergonomicamente compatível com a estatura dos funcionários, de modo a não exigir a curvatura da coluna vertebral durante a execução do serviço, e serem confeccionados em material leve e resistente.</p> <p>1.5 Na execução de serviços em logradouros públicos com o tráfego de veículos, as vias deverão ser sinalizadas com o auxílio de cones de sinalização, coletes refletivos e qualquer equipamento que se fizer necessário à perfeita segurança dos operários e de terceiros.</p> <p>1.6 O serviço é prestado de segunda a sexta-feira, com cobertura de todas as ruas da cidade.</p> <p>1.7. Quantidade de funcionários prevista: 08 pessoas, sendo um motorista para a coleta do lixo produzido com a varrição e dos entulhos.</p>
2. CAPINA, PODA DE ÁRVORES E PINTURA DE MEIO FIO	<p>2. A CAPINA consiste na remoção de vegetação rasteira e gramíneas com suas raízes em canteiros, rótulas, taludes, sarjetas, junto ao meio-fio, nos interstícios da pavimentação, faixa de domínio de estradas, passeios públicos não pavimentados, passarelas, ou quaisquer áreas verdes contíguas às vias públicas beneficiadas pelo serviço.</p> <p>2.1 A capina manual deverá ser executada dos dois lados da via, até um metro do meio-fio em direção ao eixo da rua, ao redor de árvores, postes, canteiros e tampas de caixas pluviais localizadas em</p>



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	<p>passeio público, devendo ainda ser realizado o recorte de aproximadamente cinco centímetros de vegetação com terra e raízes no encontro do meio-fio de áreas gramadas.</p> <p>2.2 Também fazem parte dos serviços a retirada de lixo das aberturas para captação de águas pluviais; a raspagem de terra e areia que se depositam nas vias após chuvas e enxurradas.</p> <p>2.3 Na impossibilidade de formação de equipe de varrição, os capinadores deverão realizar a varrição da área capinada e deposição em local para recolhimento posterior pela equipe de recolhimento de entulhos, no mesmo dia da execução do serviço de capina.</p> <p>2.4 A extensão capinada deverá ficar totalmente limpa e isenta de qualquer tipo de vegetação e detritos, sendo estes amontoados próximos ao meio-fio, de forma a facilitar seu recolhimento por parte de equipe de recolhimento de entulhos.</p> <p>2.5 Na execução de serviços em logradouros públicos com o tráfego de veículos, as vias deverão ser sinalizadas com o auxílio de cones de sinalização, coletes refletivos e qualquer equipamento que se fizer necessário à perfeita segurança dos operários e de terceiros.</p> <p>2.6. LIMPEZA DE BUEIROS: Fazer a manutenção dos bueiros, retirando terra e outros materiais que acumulam, permitindo assim a drenagem das águas pluviais.</p> <p>2.7. PINTURA DE MEIO FIO: Consiste na execução de uma pintura com tinta a base de “CAL” sobre todos os meios fios executados nas ruas. A tinta a ser utilizada é de responsabilidade da empresa contratada.</p> <p>Quantidade de pessoas prevista: 03 pessoas</p>
3. LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE JARDINS	<p>3.1. Os serviços de jardinagem, tem por objetivo manter as praças e jardins da cidade bem cuidados visando o embelezamento da cidade e proporcionar ambientes agradáveis de convivência para o cidadão. Consiste na remoção, transplante de mudas de flores, arbustos e árvores, regar, preparar o solo, transportar as mudas e adubar; capina manual; limpeza de vasos e floreiras, em todos os jardins, praças, parques, logradouros públicos, corte de gramas e outros cuidados necessários.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: 02 pessoas</p>
4. EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS MÍNIMOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	<p>4.1. 01 caminhão para a coleta de entulhos e poda de árvores.</p> <p>4.2. 01 caminhão para a coleta do lixo resultante da varrição das ruas, praças e jardins.</p> <p>4.3. Cortadores de grama, enxadas, pás, foice, carrinhos de mãos, sacos plásticos para a coleta dos resíduos e qualquer outro equipamento que seja necessário para atender as exigências do município.</p>

4.2 RELAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO

SÃO GERALDO- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
0101	AV.	Prefeito. Dr Joel Rabelo	Centro	12,0	322,0	3864,00	Asfalto
0102	AV.	Visconde do Rio Branco	Centro	7,5	530,0	3975,00	Asfalto
0103	AV.	São Geraldo	Centro	6,1	443,0	2702,30	Asfalto
0104	Prç	Dos Ferroviários	Centro	9,7	92,0	892,40	Asfalto
0105	Rua	Dos operários	Centro	8,9	215,0	1913,50	Asfalto
0106	Rua	Padre João Severino de Carvalho	Centro	5,2	53,0	275,60	Asfalto
0107	Ala	Dona Minucha Monteiro	Centro	6,8	375,0	2550,00	Asfalto
0108	Rua	Dr. Celso Mauricio Pedroto	Centro	4,1	75,0	307,50	Asfalto
0109	Rua	Silviano Brandão	Centro	7,5	468,0	3510,00	Asfalto
0110	Bco	Vila Benedito Victal	Centro	3,5	60,0	210,00	Asfalto
0111	Rua	Félix Jorge	Centro/ Horto Florestal	6,3	405,0	2551,50	Asfalto
0016	Prç	Dr. Oswaldo Loliveira Duarte/ Espaço de Eventos	Centro	24,1	120,0	2892,00	Asfalto
0117	Rua	Coronel Bittencourt	Centro	6,1	323,0	1970,30	Asfalto
0118	Rua	Coronel Galdino De Andrade	Centro/ Avelino Cardoso	11,8	442,0	5215,60	Asfalto
0119	Rua	Vereador Luiz Simões	Centro	6,5	104,0	676,00	Asfalto
0120	Rua	Luis Rogel De Lima Filho	Centro	3,0	43,0	129,00	Asfalto
0121	Prç	Raul Soares	Centro	5,1	208,0	1060,80	Asfalto
0122	Trv	Padre Geraldo Breyer	Centro	4,8	49,0	235,20	Asfalto
0131	Av	21 de Abril	Centro	9,5	416,0	3952,00	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



0301	Rua	Frederico Ozanan	Santa Terezinha	7,6	433,0	3290,80	Asfalto
0501	Rua	Toninho Pereira	Edith Bastos	4,6	134,0	616,10	Asfalto
0502	Rua	Custódio Inácio	Edith Bastos	6,3	58,0	365,40	Asfalto
0601	Rua	Maria Pereira Amorim	Nossa Senhora de Fátima	5,5	639,00	3514,50	Asfalto
0602	Rua	Celestino Bragato	Nossa Senhora de Fátima	6,3	315,0	1984,50	Asfalto
0603	Rua	Antero Barbosa (Taxinha)	Nossa Senhora de Fátima	5,3	300,0	1590,00	Asfalto
0604	Rua	Alzira Correa Da Silva	Nossa Senhora de Fátima	5,8	70,0	406,00	Asfalto
0605	Prç	Gislaine Rabelo (Nenê)	Nossa Senhora de Fátima	--	--	--	Asfalto
0606	Rua	Vereador José Bragato	Nossa Senhora de Fátima	3,8	87,0	330,60	Asfalto
0607	Trv	Nicandro Alves Barroso	Nossa Senhora de Fátima	4,9	87,0	303,80	Asfalto
0701	Rua	Bom Jardim	Jardim Bom Clima	6,6	325,0	2145,00	Asfalto
0702	Rua	Ari Victal	Jardim Bom Clima	5,6	68,0	380,80	Asfalto
0703	Rua	José Alvacir	Jardim Bom Clima	5,0	110,0	550,00	Asfalto
0704	Rua	Ari De Oliveira	Jardim Bom Clima	5,6	65,0	364,00	Asfalto
0705	Rua	Antônio Mendonça Bastos	Jardim Bom Clima	5,8	90,0	522,00	Asfalto
0706	Rua	Wenceslau Solano Da Cruz (Sô Lauzinho)	Jardim Bom Clima	6,5	193,0	1254,00	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



0707	Rua	José Jotta Netto	Jardim Bom Clima	6,8	173,0	1176,40	Asfalto
0708	Rua	Oráida Mendes De Castro	Jardim Bom Clima	4,7	52,0	244,40	Asfalto
0801	Rua	Antônio Sérgio Torrent	Eduardo Torrent	5,7	241,0	1373,70	Asfalto
0802	Rua	Ignês Gomes Penna Valadares	Eduardo Torrent	5,0	208,0	1040,00	Asfalto
0803	Rua	Gilson Torrent	Eduardo Torrent	5,7	230,0	1311,00	Asfalto
0804	Rua	Gil Edson Torrent	Eduardo Torrent	7,0	188,0	1316,00	Asfalto
0805	Rua	Maria José Samarini Torrent	Eduardo Torrent	5,7	393,0	2240,10	Asfalto
0806	Rua	José Gonçalves (Lica)	Eduardo Torrent	5,7	170,0	969,00	Asfalto
0807	Rua	Dadinho Torrent	Eduardo Torrent	5,4	196,0	1058,40	Asfalto
0808	Rua	Frei Rogério	Eduardo Torrent	6,6	381,0	2541,60	Asfalto
0809	Rua	Padre Vinícius	Eduardo Torrent	5,1	353,0	1800,30	Asfalto
0810	Rua	José Simão	Eduardo Torrent	4,0	138,0	552,00	Asfalto
0901	Rua	Expedito De Souza	Gervásio Martins	5,3	117,0	620,10	Asfalto
0902	Rua	Bráulio Rabelo	Gervásio Martins	6,5	205,0	1332,50	Asfalto
0903	Rua	Zezinho De Castro	Gervásio Martins	6,3	118,0	743,40	Asfalto
0904	Rua	Vanete Bastos	Gervásio Martins	5,2	125,0	650,00	Asfalto
0905	Rua	D. Nanete Gonçalves	Gervásio Martins	5,2	138,0	717,60	Asfalto
1001	Av	Maria Sotera Da Silveira Fonseca	Industrial	7,4	1756,0	12994,40	Asfalto
1002	Rua	Geraldo De Aquino	Industrial	9,2	328,0	3017,60	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1003	Rua	Alvorada	Industrial	7,9	109,0	861,10	Asfalto
1004	Rua	Alterosa	Industrial/ Jardim Bom Clima	7,0	91,0	637,00	Asfalto
1006	Rua	Das Araras	Industrial	7,0	329,0	2303,00	Asfalto
1014	Rod	BR 120	Industrial	-	-	-	Asfalto
1101	Rua	José Ceribelli	Horto Florestal	6,4	126,0	806,40	Asfalto
1103	Trv	Alencar Martins Goulart (Sô Lenca)	Horto Florestal	4,0	112,0	448,00	Asfalto
1104	Prç	José Tarcisio De Sousa (Tarciso Flecha Negra)	Horto Florestal	6,7	67,0	448,90	Asfalto
1105	Rua	Waldir Chamhun	Horto Florestal	5,2	165,0	858,00	Asfalto
1106	Rua	Vereador José Dos Santos	Horto Florestal	5,1	182,0	928,20	Asfalto
1107	Trv	Maestro Altamir Da Rocha	Horto Florestal	4,4	50,0	220,00	Asfalto
1108	Rua	Vereador Pedro Marcolino Soares	Horto Florestal	6,5	72,0	468,00	Asfalto
1109	Rua	Aed Fonseca Marcondes	Horto Florestal	6,5	90,0	585,00	Asfalto
1110	Trv	Leontina Pereira Da Silva Bhering (D Tina)	Horto Florestal	3,0	28,0	84,00	Asfalto
1202	Rua	Padre Orozimbo	Avelino Cardoso/José Lisboa	7,5	554,0	4155,00	Asfalto
1203	Rua	Raul Abreu Cesar	Avelino Cardoso	6,8	101,0	686,80	Asfalto
1212	Rua	Ferrovário Oscar Florentino	Avelino Cardoso	5,6	517,0	2895,20	Asfalto
1213	Rua	São João	Avelino Cardoso	6,8	166,0	1128,80	Asfalto
1214	Rua	João Teixeira Franklin	Avelino Cardoso	7,5	235,0	1762,50	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1215	Rua	Santo Antônio	Avelino Cardoso	7,5	59,0	442,50	Asfalto
1216	Rua	São José	Avelino Cardoso	7,0	82,0	574,00	Asfalto
1217	Av	José Teixeira Primo	Avelino Cardoso	7,4	414,0	3063,60	Asfalto
1218	Rua	Maria Teixeira Da Silva	Avelino Cardoso	6,0	148,0	888,00	Asfalto
1219	Rua	José Vico	Avelino Cardoso	6,0	148,0	888,00	Asfalto
1301	Av	Luiz Roxo Da Motta	José Lisboa/ Maria B. Lisboa	8,0	1386,0	12196,80	Asfalto
1302	Av	José Maria Braga Lisboa	José Lisboa/ Avelino Cardoso	6,5	439,0	2853,50	Asfalto
1304	Rua	Caetés	José Lisboa	7,0	72,0	504,00	Asfalto
1305	Rua	Rafael Lisboa	José Lisboa	6,8	109,0	741,20	Asfalto
1306	Rua	Albertina Silveira Netto	José Lisboa	6,9	112,0	772,80	Asfalto
1307	Rua	Joverino Rafael Arcanjo (Sô Nego)	José Lisboa	3,0	35,0	105,00	Asfalto
1401	Rua	Júlio Da Rocha	Maria Braga Lisboa	7,0	232,0	1624,00	Asfalto
1403	Rua	Vereado Gentil Ferreira Da Costa	Maria Braga Lisboa	7,0	281,0	1967,00	Asfalto
1405	Rua	Air Bráz Moura	Maria Braga Lisboa	5,5	158,0	869,00	Asfalto
1406	Rua	Saete Barros Do Carmo	Maria Braga Lisboa	5,8	216,0	1252,80	Asfalto
1407	Rua	Guilherme Tavares Da Silva	Maria Braga Lisboa	5,8	216,0	1252,80	Asfalto
1501	Av	Dos Ipês	Manoel Moreira	11,5	427,0	4910,50	Asfalto
1502	Av	Das Acácias	Manoel Moreira	10,5	621,0	6520,50	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1503	Rua	Das Orquídias	Manoel Moreira	8,5	521,0	4428,50	Asfalto
1519	Av	Ernesto Tavares	Manoel Moreira	7,5	1732,0	12990,00	Asfalto
1601	Av	Prefeito João Vicente Ferreira Filho	Santo Antônio/ Português	8,0	1469,0	11752,00	Asfalto
1603	Rua	Raul Batalha	Santo Antônio	8,3	725,0	6017,50	Asfalto
1605	Rua	Capitão Alvaro Giesta	Santo Antônio	9,0	313,0	2817,00	Asfalto
1606	Prç	Santo Antônio	Santo Antônio	8,2	359,0	2943,80	Asfalto
1607	Rua	Dionísio Eustáquio (Fogueteiro)	Santo Antônio	8,1	127,0	1028,70	Asfalto
1608	Prç	Do Cruzeiro	Santo Antônio	-	-	-	Asfalto
1609	Rua	Do Cruzeiro	Santo Antônio	7,3	112,0	817,60	Asfalto
1610	Rua	D Luzia Rocha	Santo Antônio	6,8	313,0	2128,40	Asfalto
1611	Rua	Joaquim Peixoto	Santo Antônio	6,8	298,0	2026,40	Asfalto
1612	Rua	Santa Inês	Santo Antônio	5,7	423,0	2411,10	Asfalto
1613	Rua	Vereador José Martins Goulart	Santo Antônio	9,0	356,0	2411,10	Asfalto
1614	Rua	Treze De Maio	Santo Antônio	6,2	423,0	2622,60	Asfalto
1616	Rua	São Sebastião	Santo Antônio	6,6	210,0	1386,00	Asfalto
1617	Prç	Coronel Luiz Da Mota	Santo Antônio	7,0	68,0	476,00	Asfalto
1702	Rua	Ailton Corrêa Da Silva	Nova Morada	7,0	114,0	798,00	Asfalto
1703	Rua	Antero Teixeira Ervilha	Nova Morada	7,0	318,0	2226,00	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1706	Rua	Vicente Rafel Arcanjo	Nova Morada	7,0	234,0	1638,00	Asfalto
1707	Rua	Flávia Maria Franklin Marques Cardoso	Nova Morada	7,0	289,0	2023,00	Asfalto
1708	Rua	Maria De Lourdes Da Silveira Machado	Nova Morada	7,0	360,0	2520,00	Asfalto
1709	Rua	Sebastião Soares De Oliveira	Nova Morada	7,0	83,0	581,00	Asfalto
1711	Rua	Matias Teixeira Franklin	Nova Morada	7,0	82,0	574,00	Asfalto
1801	Rua	Vereador Lauro José Da Silva	Antônio J. Da Silva (Portugês)	7,0	921,0	6447,00	Asfalto
1816	Rua	Maria Da Penha Lima (D Peinha)	Antônio J. Da Silva (Português)	5,0	86,0	430,00	Asfalto

SÃO GERALDO - RUAS POLIÉDRICAS PEDRA FINCADA

Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
0112	Trv	Antonio Ferreira Da Silva Beata	Centro	5,5	151,0	830,50	Pedra Fincada
0132	Trv	Vereador Tanus Antônio Jorge	Centro	2,5	44,0	110,00	Pedra Fincada
0133	Bco	Tico Marques	Centro	2,0	20,0	40,00	Pedra Fincada
0136	Rua	Denizete Braga	Centro	3,4	76,0	258,40	Pedra Fincada
1007	Rua	Dos Bem-te-vis	Industrial	6,5	153,0	994,50	Pedra Fincada
1008	Rua	Das Andorinhas	Industrial	6,5	88,0	572,00	Pedra Fincada
1009	Rua	Dos Colibris	Industrial	6,5	290,0	1885,00	Pedra Fincada
1220	Rua	Antônio De Assis Alexandre Cardoso	Avelino Cardoso	7,0	90,0	630,00	Pedra Fincada



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1515	Rua	Dos Misótiis	Manoel Moreira	7,0	116,0	812,00	Pedra Fincada
1516	Rua	Das Bromélias	Manoel Moreira	7,0	233,0	1631,00	Pedra Fincada
1517	Rua	Das Azaléias	Manoel Moreira	7,0	229,0	1603,00	Pedra Fincada
1518	Rua	Das Hortências	Manoel Moreira	7,0	114,0	798,00	Pedra Fincada
1809	Rua	Professor Anézio Luiz Rocha	Antônio J. Da Silva (Português)	7,5	190,0	1425,00	Pedra Fincada
1811	Rua	Ebe Guelli	Antônio J. Da Silva (Português)	5,0	394,0	1970,00	Pedra Fincada
1812	Rua	Mário Benhame (Sô Tutão)	Antônio J. Da Silva (Português)	5,7	105,0	598,50	Pedra Fincada
1813	Rua	João Pedro Da Silva	Antônio J. Da Silva (Português)	7,0	99,0	693,00	Pedra Fincada
1814	Rua	Vereador João De Castro Victal	Antônio J. Da Silva (Português)	6,0	90,0	540,00	Pedra Fincada
1815	Av	Prefeito João Batista Stampini	Antônio J. Da Silva (Português)	6,2	335,0	2077,00	Pedra Fincada
1901	Rua	Plínio Benatti	Guilherme Tavares	7,0	286,0	2002,00	Pedra Fincada
1902	Rua	João Tavares	Guilherme Tavares	7,0	271,0	1987,00	Pedra Fincada
1903	Rua	Alzília Pereira Da Silva	Guilherme Tavares	7,0	299,0	2093,00	Pedra Fincada
1904	Rua	Honório Ramos	Guilherme Tavares	7,0	314,0	2198,00	Pedra Fincada
1905	Rua	Irineu Silveira	Guilherme Tavares	7,0	443,0	3101,00	Pedra Fincada
1906	Rua	José Tavares	Guilherme Tavares	7,0	233,0	1631,00	Pedra Fincada



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1907	Rua	Vicente Tavares	Guilherme Tavares	7,0	194,0	1358,00	Pedra Fincada
1908	Rua	Antônio Ferreira	Guilherme Tavares	7,0	101,0	707,00	Pedra Fincada
1909	Rua	Dalila De Souza Coutinho	Guilherme Tavares	7,0	128,0	896,00	Pedra Fincada
1910	Rua	Nelson Alves Da Rocha	Guilherme Tavares	6,0	96,0	576,00	Pedra Fincada
1911	Rua	D Geni Martins	Guilherme Tavares	6,0	100,0	600,00	Pedra Fincada

SÃO GERALDO – RUAS POLIÉDRICAS PARALELEPÍPEDO

Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
0113	Rua	João Torrent Gilber	Centro	9,3	374,0	3478,20	Paralelepípedo
1303	Av	José Anastacio Dos Santos	José Lisboa	7,4	230,0	1702,00	Paralelepípedo

SÃO GERALDO – RUAS POLIÉDRICAS BLOQUETE

Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
0114	Rua	Ferrovário Manoel Antonio Ferreira	Centro	8,1	81,0	656,10	Bloquete
0123	Rua	Osório Cesário De Amorim	Centro	7,0	706,0	4942,00	Bloquete
0124	Rua	Leonor R. De Almenida (D. Lola)	Centro	6,0	90,0	540,0	Bloquete
0125	Rua	Antonio Mottes Lanna (Tunico Sampaio)	Centro	7,0	101,0	707,00	Bloquete
0126	Rua	José Miguel De Oliveira	Centro	7,0	170,0	1190,00	Bloquete
0127	Rua	José Machado Da Rocha	Centro	7,0	163,0	1141,00	Bloquete



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



0128	Rua	Vereador José Begnami Primo	Centro	7,0	174,0	1218,00	Bloquete
0129	Rua	Vereador Eumário S. Chinellis (Baiano)	Centro	7,0	144,0	1008,00	Bloquete
0130	Rua	Vereador Chico Guilhermino	Centro	7,0	121,0	847,00	Bloquete
0201	Rua	Clemede Batos	Etelvina	6,6	13,2	87,12	Bloquete
0202	Rua	Vereador Lauro Crus Mendonça	Etelvina	5,3	31,0	164,30	Bloquete
0203	Rua	João Lopes Silveira	Etelvina	3,5	49,0	171,50	Bloquete
0204	Rua	Vereador Célio Martins De Lima	Etelvina	5,0	26,0	130,00	Bloquete
0204	Rua	Vereador Célio Martins De Lima	Etelvina	5,0	26,0	130,00	Bloquete
0205	Rua	Agripino Marciano Pereira	Etelvina	4,9	175,0	857,50	Bloquete
0206	Trv	Flávia De Andrade Franklin	Etelvina	7,1	250,0	1775,00	Bloquete
0207	Rua	Tabelião Dícilio Torrent De Souza Batalha/Centro	Etelvina	5,8	157,0	910,60	Bloquete
0401	Rua	São Roque	Carmem Machado Torrent	5,5	177,0	973,50	Bloquete
1005	Rua	José Salvador De Abreu (Zé Redondo)	Industrial	3,0	60,0	180,00	Bloquete
1010	Rua	Luiz Padovani	Industrial	8,0	149,0	1192,00	Bloquete
1102	Rua	Vereador Sô Quito	Horto Florestal	5,8	139,0	806,20	Bloquete
1201	Rua	Maria Do Carmo Ramaldes	Avelino Cardoso	6,8	92,0	625,60	Bloquete
1204	Rua	Edmundo Silveira	Avelino Cardoso	6,4	111,0	710,40	Bloquete
1205	Rua	Longuinho Monteiro	Avelino Cardoso	6,3	97,0	611,10	Bloquete



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1206	Trv	Paulo Jorge	Avelino Cardoso	6,0	61,0	366,0	Bloquete
1207	Rua	Vico Cardoso	Avelino Cardoso	6,8	172,0	1169,60	Bloquete
1208	Trv	Odila Fonseca	Avelino Cardoso	6,3	60,0	378,00	Bloquete
1209	Prç	Maestro Julio Da Costa	Avelino Cardoso	4,5	106,0	477,00	Bloquete
1210	Rua	Cyriaco Cardoso	Avelino Cardoso	8,1	220,0	1782,00	Bloquete
1402	Prç	Da Paz	Maria Braga Lisboa	8,5	178,0	1513,00	Bloquete
1404	Rua	Kleber Luiz Marcondes	Maria Braga Lisboa	8,4	122,0	1024,80	Bloquete
1504	Rua	Das Carmélias	Manoel Moreira	8,5	368,0	3128,00	Bloquete
1505	Rua	Das Dálías	Manoel Moreira	6,5	308,0	2002,00	Bloquete
1506	Rua	Das Jades	Manoel Moreira	6,5	285,0	1852,50	Bloquete
1507	Rua	Das Jamins	Manoel Moreira	7,5	311,0	2332,50	Bloquete
1508	Rua	Das Rosas	Manoel Moreira	6,0	228,0	1368,00	Bloquete
1509	Rua	Dos Girassois	Manoel Moreira	6,0	210,0	1260,00	Bloquete
1510	Rua	Das Margaridas	Manoel Moreira	6,0	61,0	366,00	Bloquete
1511	Rua	Das Violetas	Manoel Moreira	7,5	240,0	1800,00	Bloquete
1512	Rua	Das Tulipas	Manoel Moreira	6,0	132,0	792,00	Bloquete
1513	Rua	Dos Lírius	Manoel Moreira	6,0	196,0	1176,00	Bloquete
1514	Rua	Das Flores De Laranjeiras	Manoel Moreira	7,0	620,0	4340,00	Bloquete



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1602	Rua	Coronel Eduardo Rabelo	Santo Antônio	7,5	138,0	1035,00	Bloquete
1604	Trv	Capitão Antônio Machado	Santo Antônio	5,3	114,0	604,20	Bloquete
1701	Rua	Daniele Darlene Alves	Nova Morada	7,0	360,0	2520,00	Bloquete
1704	Rua	Ary Corrêa Da Silva	Nova Morada	7,0	332,0	2324,00	Bloquete
1705	Rua	Pedro José Barba	Nova Morada	7,0	418,0	2926,00	Bloquete
1710	Rua	Margarida Cristiano Barbosa	Nova Morada	7,0	182,0	1274,00	Bloquete
1802	Rua	Hélcio Marques (Pardal)	Antônio J. Da Silva (Português)	8,1	88,0	712,80	Bloquete
1803	Rua	Ferrovário Olegário Calisto Da Fonseca	Antônio J. Da Silva (Português)	8,4	56,0	470,40	Bloquete
1804	Rua	Professora Maria Das Graças Tudesco Daniano	Antônio J. Da Silva (Português)	8,0	284,0	2272,00	Bloquete
1805	Rua	Sebastião Abrantes	Antônio J. Da Silva (Português)	8,3	208,0	1726,40	Bloquete
1806	Prç	Pastor Pedro Reis Da Silveira	Antônio J. Da Silva (Português)	14,0	14,0	196,0	Bloquete
1807	Rua	Abelardo Francisco Da Silva	Antônio J. Da Silva (Português)	7,0	227,0	1589,00	Bloquete
1808	Rua	Sebastião Dias Barbosa	Antônio J. Da Silva (Português)	7,5	116,0	870,00	Bloquete
1810	Rua	Vereador Eugênio José Da Silva	Antônio J. Da Silva (Português)	5,5	339,0	1864,50	Bloquete

SÃO GERALDO – RUAS POLIÉDRICAS NATURAL



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
0134	Bco	Agenor Marinho	Centro	3,0	46,0	138,00	Natural
0135	Bco	Oswaldo Martins	Centro	3,0	69,0	207,00	Natural
0302	Rua	José Brasil (Sô Camões)	Santa Terezinha	7,0	50,0	350,00	Natural
0303	Rua	Luiz Anacleto Pereira (Luiz Gambá)	Santa Terezinha	2,0	123,0	246,00	Natural
1011	Rua	Edgard Teixeira Barroso (Gainho)	Industrial	6,0	154,0	924,00	Natural
1012	Rua	Josino Stampini	Industrial	4,0	165,0	660,00	Natural
1013	Rua	Pedro Barnabé Lopes (Pedro Bela Vista)	Industrial	5,9	344,0	2029,60	Natural
1211	Bco	Jair Martins Carvalho (Jair Quiabo)	Avelino Cardoso	2,5	43,0	107,50	Natural
1615	Rua	Paulo Nestor	Santo Antônio	4,2	57,0	239,40	Natural

MONTE CELESTE - RUAS ASFÁLTICAS

Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
2001	Av	Belmiro De Araújo	Centro/Santo Expedito/Corrêa	11,4	890,0	10146,00	Asfalto
2002	Prç	Santo Antônio	Centro/José Costa	8,1	277,0	10146,00	Asfalto
2003	Rua	Cel. Tristão	Centro	10,5	261,0	2740,50	Asfalto
2004	Rua	Martiniano De Paula	Centro	6,7	482,0	3229,40	Asfalto
2005	Rua	José Martins Da Silva	Centro	4,0	135,0	540,00	Asfalto
2006	Trv	Célio Padeiro	Centro	3,0	62,0	186,00	Asfalto



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2008	Prç	Vereador Geraldo Martins Da Fonsecas	Centro	4,1	133,0	545,30	Asfalto
2009	Rua	Ver. Terezinha Da Silva Araújo	Centro/Ver. Antônio Maneco	5,2	296,0	1539,20	Asfalto
2010	Trv	Prof. Francisca De Assis Lima De Queiroz	Centro	4,5	88,0	396,00	Asfalto
2102	Rua	João Carlos Stampini Filho	Ver. Antônio Maneco	5,1	74,0	377,40	Asfalto
2103	Rua	Theodoro Dias Teixeira	Ver. Antônio Maneco	6,0	95,0	570,00	Asfalto
2104	Rua	Ana Moreira Dos Santos Queiroz	Ver. Antônio Maneco	5,1	54,0	275,40	Asfalto
2301	Rua	Sebastião Teixeira	Santo Expedito	6,8	80,0	544,00	Asfalto
2302	Rua	Ver. Sebastião Lucas Da Fonseca	Santo Expedito	7,3	208,0	1518,40	Asfalto
2303	Rua	Levino Lopes Da Silveira	Santo Expedito	5,0	92,0	460,00	Asfalto
2501	Rua	José Benedito De Paula	José Costa	7,1	610,0	4331,00	Asfalto
2502	Rua	Brás Tristão Da Silva	José Costa	4,0	104,0	416,00	Asfalto

MONTE CELESTE - RUAS POLIÉDRICAS PEDRA FINCADA

Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Area (M²)	Pavimento
2201	Rua	Odilon Gomes De Araújo	Recanto Celeste /Centro	6,4	275,0	1760,00	Pedra Fincada
2202	Rua	Irene Araújo Teixeira	Recanto Celeste	6,0	120,0	720,00	Pedra Fincada



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2203	Rua	Prof. Edir De Paula Queiroz	Recanto Celeste	5,9	202,0	1191,80	Pedra Fincada
2204	Trv	Raimundo Ferreira	Recanto Celeste	6,0	170,0	1020,00	Pedra Fincada
2205	Av	João Primo	Recanto Celeste	6,0	152,0	912,00	Pedra Fincada
2401	Rua	A	Correa	7,0	425,0	2975,00	Pedra Fincada
2402	Rua	B (João Dos Santos Da Fonseca)	Correa	6,0	122,0	732,00	Pedra Fincada
2403	Rua	C (Dr. Jair De Araújo)	Correa	7,0	155,0	1085,00	Pedra Fincada
2404	Rua	D (Marcos Antônio Magalhães)	Correa	7,0	171,0	1197,00	Pedra Fincada
2405	Rua	E (Vicente Correa Filho)	Correa	7,0	113,0	791,00	Pedra Fincada
2406	Rua	F (Felipe Cesária Anastácia)	Correa	5,0	101,0	505,00	Pedra Fincada

SÃO GERALDO – RUAS POLIÉDRICAS NATURAL							
Cód.	Tipo	Nome	Bairro	Largura (M)	Comprimento (M)	Área (M²)	Pavimento
2007	Trv	Mariquinha Ananias	Centro/José Costa	3,0	108,0	324,00	Natural

4.3 DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1 Os serviços de poda, coleta de entulho, capina, pintura de meio fio, manutenção dos jardins e praças serão prestados nos dias úteis da semana de segunda a sexta feira.

4.3.2 Os serviços de varrição de ruas serão realizados de segunda a sexta feira, podendo ocorrer em fins de semana e feriados por ocasião de festas promovidas pela prefeitura, sendo a limpeza realizada no local do evento. Poderá ainda ser necessária a limpeza dos locais onde ocorreram a realização de feiras de produtos provenientes da agricultura local, nos fins de semana e feriados.

4.3.3 Os serviços de poda de árvores e capinas serão realizados seguindo escala de serviços a ser repassada pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Fornecer a relação de atividades de limpeza que deverão ser realizadas durante a semana pela



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



empresa contratada;

5.2 Permitir o bom relacionamento entre a empresa e o município quanto à tomada de decisão em assuntos pertinentes a entrega do trabalho;

5.3 Auxiliar a contratada na resolução de possíveis problemas que aconteçam na execução dos serviços;

5.4 Fiscalizar os serviços prestados pela contratada, responsabilidade esta delegada a Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

5.5 Fornecer sala para alocação do coordenador da empresa, responsável pela elaboração de relatórios, e de local para reunião dos funcionários, para definição das frentes de trabalho a serem adotadas diariamente, localizadas junto à Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

5.6 Orientar a realização de podas e derrubadas de árvores dos logradouros públicos.

5.7 Informar a contratada de possíveis irregularidades na comprovação fiscal mensal exigida, para que seja providenciada a regularização destas, possibilitando a efetivação do pagamento;

5.8 Efetuar o pagamento do valor contratado em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos documentos fiscais, certidões, e laudo de aceitabilidade referente ao mês da prestação do serviço, devendo deste valor ser deduzido eventuais valores referente a serviços não prestados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se integralmente pelo quadro de funcionários, mantendo permanentemente a disposição da contratante o mínimo de 15 (quinze) empregados para efetuar os trabalhos contratados de forma satisfatória e dentro das exigências da contratante, bem como das normas de segurança e saúde, substituindo funcionários em férias e atestados médicos. Dentro do quadro de funcionários, deverá ter 01 coordenador, 01 motorista com carteira de habilitação categoria D, e 13 para serviços gerais. Ressalta-se que eventuais faltas de funcionários serão descontadas do valor contratual, proporcionalmente ao valor devido ao funcionário pelo dia ou turno em que faltou;

6.2. O valor do contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, de acordo com as necessidades da contratante, de forma unilateral.

6.3 Fornecer todos os equipamentos de proteção individual para os funcionários (macacão, óculos de proteção, protetor solar, chapéu ou boné, camisetas, calças, jaquetas, capacete, botinas de segurança, luvas de raspa de couro, botas de borracha, perneira de aço, capa de chuva, capacete de segurança, protetor auricular, colete refletivo, etc...) exigidos pela legislação trabalhista, gratuitamente, orientar sobre o uso correto e fiscalizar a utilização dos mesmos, repondo os danificados, bem como se responsabilizar integralmente por quaisquer acidentes de trabalho ocorrido;

6.4 Os trabalhos desenvolvidos em equipe, em avenidas e/ou vias movimentadas, deverão ser convenientemente sinalizados, com utilização de equipamentos de proteção coletiva, como por exemplo, cavaletes com pintura fotoluminescente e cones de sinalização.

6.5 A contratada deverá manter todas as equipes de trabalho com todas as ferramentas, bem como insumos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e em quantidade adequada a demanda de serviços.

6.6. Todas as despesas com combustíveis e lubrificantes para as ferramentas e equipamentos são responsabilidade da contratada.

6.7. Em caso de comunicação oficial pelo fiscal do contrato, de ferramentas e máquinas em precárias condições de uso, as mesmas deverão ser imediatamente substituídas.

6.8. Fornecer todo o material necessário para mobiliar a sala administrativa (telefone, internet, computador, mesa, cadeira, impressora, papéis, entre outros) a ser alocada em local disponibilizado pela contratante.

6.9. Fornecimento de veículo adequado e em perfeitas condições de uso para o transporte dos operários até o local de execução do trabalho, em quantidade adequada para a demanda, arcando com toda e qualquer despesa para realização deste;

6.10. Arcar com todos os custos de manutenção de equipamentos, bem como os gastos com combustíveis do veículos.

6.11. Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venha a causar a contratante, coisas, propriedades ou terceiros pessoas em decorrência da execução do contrato, ações ou



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



omissões, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar;

6.12. Realizar os serviços de varrição e coleta de entulhos segunda à sábado, sendo 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta e no sábado 4 (quatro) conforme programação da prefeitura e conforme as necessidades de cada localidade, devendo os horários de início e término constar na OS – Ordem de Serviço.

6.13. Recolher, após a limpeza, o resíduo resultante da operação, deverá ser carregado e destinado em local licenciado, por conta da contratante.

6.14. Dar preferência para a contratação de funcionários provenientes do município de São Geraldo, respeitando a capacidade técnica demonstrada para a execução dos serviços.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

7.1. Trata-se de contratação de um serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto deste processo será de acordo com o presente termo de referência, sendo que os serviços solicitados deverão ser prestados conforme regramentos legais que tratam da matéria. Caso seja verificada alguma falha na prestação dos serviços, será feita comunicação formal à contratada, para que proceda com a correção imediata, a partir da comunicação feita pelo setor responsável.

8.2. Os serviços a serem prestados deverão ser de ótima qualidade e obedecer às normas e especificações constantes no processo, bem como a descrição e quantidades.

8.3. Todos os custos com deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos e outras despesas decorrentes da execução dos serviços correrão por conta do contratado.

8.4. O fiscal do contrato poderá requerer a correção imediata de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução do objeto, sem prejuízo para o disposto nos Artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

8.5. Será de inteira responsabilidade da contratada, a segurança física e material de todo o seu pessoal durante o período em que estiver em cumprimento de suas atividades.

8.6. O município não se obriga a receber serviços que não estejam de acordo com as especificações e exigências discriminadas neste termo; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos serviços ora descritos, a licitante terá 48 (quarenta e oito) horas para refazê-los às suas expensas, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízos às atividades do município.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (meses)**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

9.2. A contratação será formalizada mediante emissão de contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 62 e da Lei 8.666/93.

9.3. **Considera-se como data do recebimento da Ordem de Fornecimento:**

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento, no caso de ordem de fornecimento entregue pessoalmente;
- c) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8. Caso não cumpridas as exigências, o fornecedor será comunicado para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda às especificações constantes neste instrumento, sem nenhum ônus para o município, e ficará sujeito às penalidades previstas na forma da lei.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do município à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, o servidor designado para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços é o Sr. **Clodoaldo Augusto da Silva**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do município ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante do município anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.2. O pagamento ocorrerá mensalmente, de acordo com a quantidade efetiva de alunos matriculados.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o município deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

15.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, o município, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

15.2. Para o reequilíbrio será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:

a) Notas Fiscais de compras por parte da Contratada referente ao seu fornecedor, tanto da Nota Fiscal da época do início do contrato, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal atual por ocasião do suposto aumento;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;

c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

15.2.1. Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto ao item licitado.

15.3. A licitante contratada se obrigará a manter, enquanto tramita o pedido de revisão de preços, o cumprimento do contrato, sob pena de ser declarado inadimplente, aplicando-se as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

15.4. Vale ressaltar que, as propostas apresentadas no momento da licitação têm validade mínima de 60 (sessenta) dias, não podendo sofrer reequilíbrio de preço durante esse período.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto será cumprido no momento da execução do serviço.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.5. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.7. cometer fraude fiscal;

17.1.8. apresentar documentação falsa;

17.1.9. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.10. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.11. não manter a proposta;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o município pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:

a) Pelo responsável pelo setor de licitações do órgão ou entidade do município quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- c) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- d) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- e) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual o município opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- g) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do município com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município do município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

- a) Suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores do município, de acordo com os prazos a seguir:
- b) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenas ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;
- c) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;
- d) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;
- e) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
- f) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

17.3.1. mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

17.3.2. A suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

17.3.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.3.2.2. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade da entidade do município.

17.3.2.3. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

17.3.2.4. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto nº 5.237/2018 e seus efeitos serão extensivos a todo município.

17.3.3. As pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



17.3.4. suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

17.3.5. declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

a) As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

b) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

17.4. tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

17.4.1. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

17.4.2. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

17.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

17.4.4. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

17.4.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.4.6. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

17.4.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.4.8. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.9. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.10. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o município em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.4.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

17.4.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.4.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município, observado o princípio da proporcionalidade.

17.4.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.4.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.4.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao município resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público

17.4.19. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.

17.4.20. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

17.4.21. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.

17.4.22. A sanção de advertência pode ser aplicada à Contratada juntamente com a multa.

17.4.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município, observado o princípio da proporcionalidade.

17.4.24. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo município, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas neste termo de referência.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital correspondente.

18.2. Para **qualificação técnica**, deverão ser exigidos os seguintes documentos:

18.2.1.1. Comprovação da qualificação **técnico-operacional** através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha executado ou esteja executando atividades compatíveis e/ou similares ao objeto da presente licitação.

18.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor máximo aceitável, conforme disposto na planilha da cláusula 1.1 do presente instrumento.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.

18.6. As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.

19. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação, quando formalizadas, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município deste exercício, na dotação informada no momento da contratação.

São Geraldo, 18 de julho de 2023.

Náiron Ribeiro de Almeida
Chefe da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente